

“Culpa e Depressão”: as emoções na feminização no mundo do trabalho¹

Palavras-chave: Feminização. Culpa. Depressão.

Autora: Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus (UFS)

“De fora, quais os obstáculos para uma mulher, e não para um homem? Por dentro, penso eu, a questão é muito diferente; ela ainda tem muitos fantasmas a combater, muitos preconceitos a vencer. Na verdade, penso eu, ainda vai levar muito tempo até que uma mulher possa se sentar e escrever um livro sem encontrar com um fantasma que precise matar, uma rocha que precise enfrentar. E se é assim na literatura, a profissão mais livre de todas para as mulheres, quem dirá nas novas profissões que agora vocês estão exercendo pela primeira vez?”

(Virginia Woolf, 2013)

Introdução

Com o avanço das forças produtivas e a consolidação do capitalismo, as relações de gênero sofreram alterações substanciais. A partir da década de 1970, do século passado, as mulheres ocuparam o espaço público com maior notoriedade (postos no mercado de trabalho, maior escolaridade, cargos políticos), de tal modo que o discurso propagado, hegemonicamente, é de que a mulher teria se tornado “livre”.

Embora, essas alterações sejam, em parte, conquistas dos movimentos feministas, por outro, são profundamente dependentes do sistema sociometabólico Capital/Trabalho/Estado, parafraseando Mészáros (2002). Este sistema, por sua vez, ontologicamente orientado pela exploração do trabalho, impede qualquer possibilidade de igualdade verdadeira entre os gêneros e para a humanidade como um todo.

A heterogeneização e fragmentação do trabalho, oriundas do processo de reestruturação produtiva iniciado nos anos 70 do século XX, têm sido cada vez mais complexificados. De tal modo, aprofunda as desigualdades de gênero: com a dupla jornada de trabalho, a diferença salarial, a precarização e o maior desemprego para a força de trabalho feminina. Com isso, se presencia uma precarização das condições de trabalho que corroboram no adoecimento dos(as) trabalhadores(as).

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

No que se refere ao campo da Sociologia do Trabalho, pouco encontra estudos sobre o “trabalho emocional”². Predominantemente, esse campo consagrou-se sob a égide das análises macroestruturais sobre os tipos de organização e os modos de produção do trabalho. No entanto, as interpretações sobre o mundo do trabalho – para além das leituras marxistas – foram diversificando-se conforme as próprias mudanças que ocorriam no seu interior, conseqüentemente, novos paradigmas surgiram diante dessas transformações, como, por exemplo, a sociologia das profissões, cujo foco na análise de carreira se deu pelo interacionismo simbólico (LALLEMENT, 2004).

Já os estudos sobre gênero e trabalho, percebe-se que sempre houve produções sobre isso. Desde os clássicos, como o de Engels (2008), sobre a situação da classe trabalhadora até os específicos sobre essa temática (Scott, 1994; Hirata, 2002). No Brasil, desde a década de 70, do século XX, que há trabalhos (sociológicos) sobre a questão da mulher, como o de Saffioti (2013) sobre o trabalho doméstico.

A partir disso, é que o objetivo desse trabalho é, justamente, analisar as emoções – culpa e depressão – presente no processo de feminização no mundo do trabalho. Isto é, pensar as razões pelas quais essas emoções foram desencadeadas e perpetuadas no decorrer da inserção da mulher no mercado de trabalho. Para tanto, algumas questões nortearam este trabalho:

- 1) Como pensar a Culpa e a depressão no processo de feminização no mundo do trabalho?
- 2) Que dispositivos sociais corroboram para o sentimento de culpa, por parte da mulher, ao deixar o lar para ir trabalhar?
- 3) As condições de trabalho corroboram (ou não) para o adoecimento da mulher trabalhadora?

É importante fazer alguns destaques. Primeiro, a breve discussão sobre trabalho nesse artigo refere-se à ocupação da mulher no trabalho produtivo e reprodutivo³. Ademais, feminização no mundo do trabalho refere-se ao trabalho desenvolvido pelo gênero feminino (Claudia Mazzei, 2004). Destarte, considero que o sentimento de Culpa, entre outras emoções, é engendrado conforme a regulação da sociedade de controle do risco.

² As emoções ou os sentimentos revelam-se através de papéis desempenhados socialmente. Nesse sentido, a concepção de trabalho das emoções é separada entre o “eu” e os “meus” sentimentos, ou melhor, entre a autenticidade e a representação social. Esse trabalho emocional gera, ao mesmo tempo, uma produtividade – relacionada ao trabalho – chegando a alguns custos humanos do trabalho emocional (depressão, estresse, esgotamento e etc.). (BONELLI, 2003)

³³ Há várias definições e polarizações sobre o que seria trabalho (im)produtivo. Aqui, o sentido de trabalho produtivo refere-se o ato laborativo assalariado que se realiza na sociedade capitalista. E reprodutivo como o trabalho voltado para a reprodução social (NOGUEIRA, 2006).

E, por fim, compreendo Depressão enquanto sintoma social da sociedade capitalista, com base em kehl (2009).

A metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico, com ênfase em dois livros sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho: a) “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890- 1930”, de Margareth Rago (2014); b) “A feminização no mundo do trabalho: entre a precarização e a emancipação”, de Claudia Mazzei Nogueira (2004). O primeiro livro, por ser escrito por uma historiadora, auxiliou na compreensão cronológica do processo de inauguração da mulher na fábrica, bem como as emoções contidas neste processo – sobretudo o sentimento de culpa. O outro possibilitou uma breve análise da nova organização social do trabalho, denominado de reestruturação produtiva, cuja face é feminina, parafraseando Nogueira (2004).

Nesse trabalho, fiz um recorte temporal sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho. Analisei o primeiro momento da admissão da mulher no trabalho produtivo (Primeira Revolução Industrial, final do século XIX) e a expansão da mulher no mercado de trabalho, a partir das décadas de 60 e 70 do século passado (a era da reestruturação produtiva).

Em suma, considero que a perversidade da lógica do sistema capitalista gerou um movimento contraditório para as mulheres. Se por um lado elas ganharam com a inserção no mundo do trabalho (portanto, trabalho como algo positivo, segundo Marx); por outro, ainda continuam presas aos esquemas de dominação masculina e suas mediações. As exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento do mercado de trabalho exigiram tanto a presença das mulheres no espaço público como, principalmente, sua participação ativa no mundo do trabalho, corroborando para o adoecimento das trabalhadoras diante das múltiplas jornadas de trabalho.

A feminização no mundo do trabalho

De início, vale ressaltar que nesse trabalho não há a pretensão de discutir os fundamentos filosóficos sobre a categoria trabalho e os tipos de sociedade e suas respectivas organizações sociais do trabalho. Sendo assim, o presente texto parte-se do trabalho feminino no modo de produção capitalista.

A discussão sobre trabalho remonta a relação homem-natureza, já que a mesma alicerça-se em uma discussão ontológica do ser social⁴. Em síntese, essa relação pressupõe que o homem para poder existir deve transformar constantemente a natureza, e essa constante relação de transformação tem por fundamento o trabalho.

A partir dessa relação homem-natureza, é que o torna diferente do animal. Uma vez que, nesta relação há uma prévia-ideação (pensar antes de agir) antes de objetivar (materializar) a ação, e essa ideação possibilita ao homem, a diferenciação em relação à natureza. Em suma, o processo histórico de construção da sociedade, e do indivíduo, tem como fundamento o trabalho, porque transforma a natureza em base material. Além disso, possibilita a transformação do homem e essa relação vai gerando novas relações sociais, bem como situações históricas, o que faz com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente distinto da natureza (Lessa & Tonet, 2010)⁵.

A própria sociedade primitiva já desenvolvia o trabalho, através de coleta de alimentos, o que gerou as primeiras organizações sociais via pequenos grupos de primitivos que migravam pelas florestas e campos em busca de comida. Assim, os primitivos iam tendo conhecimento do espaço e desenvolvendo a prévia-ação e objetivação. Ao passo em que a força produtiva ia se desenvolvendo, essa “expedição” em busca de sobrevivência foi aumentando e se tornando complexa, até que indivíduos e a sociedade “evoluem”. Com a descoberta das sementes e da criação de animais, conseqüentemente o aparecimento da agricultura e da pecuária, os homens, pela primeira vez, produzem o excedente de produção⁶. Além disso, corrobora para o próprio desenvolvimento da sociedade e de seus padrões de cultura.

Com o avanço das forças produtivas e a consolidação do capitalismo, viveu-se um efervescente processo de mudança sociocultural, econômica e política na sociedade. Desde o período de surgimento da sociedade capitalista que as relações entre homens e

⁴ Esse é um dos conceitos-chaves da perspectiva marxista, a qual tem como centralidade o ser social e a sua essência humana desencadeada da relação homem-natureza e sua reprodução social. Ver: lukács (2012).

⁵ Nesse viés, é o trabalho (oriundo da relação homem-natureza) que possibilita não somente a base material para a construção da sociedade, mas também lança as bases para a autoconstrução do indivíduo, logo, um autêntico ser social. Portanto, o trabalho é o fundamento do ser social. São esses novos processos e essas novas relações emergidas que fazem com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente, isto é, no plano do ser, distinto da natureza.

⁶ A abordagem marxista define excedente econômico como a mais-valia total produzida, ou seja, é tudo aquilo que sobra além do necessário para que os gastos de reprodução sejam satisfeitos e o produto se mantenha no nível atingido. Para Marx o excedente cresce absoluto, mas não relativamente, uma vez que dever haver investimentos em capital constante. As leis da análise marxista, que determinam o aumento do excedente em duas formas: a produção de mais-valia absoluta, se aumentar o montante do trabalho humano, também aumenta a remuneração da força de trabalho. E a outra é a produção de mais-valia relativa, ou seja, o aumento da produtividade (SINGER, 1968).

mulheres sofreram alterações em todos os complexos da vida cotidiana, acentuando as desigualdades entre os gêneros.

No âmbito do trabalho, essas mesmas relações sociais e de gênero vem sendo modificadas conforme a complexificação, heterogenização e fragmentação no mundo do trabalho, após o processo de “reestruturação produtiva” (ANTUNES, 2010). Todavia, ontologicamente as formas de exploração da força de trabalho continuam dependentes do sistema sociometabólico do capital, em suas três esferas Capital/Trabalho/Estado (MESZÁROS, 2002). Com isso, se presencia as precárias condições de trabalho, corroborando, para tanto, no adoecimento dos/as trabalhadores/as. De tal modo,

Num cenário marcado por um crescente processo de precarização nas relações de trabalho, em certos casos, há o aprofundamento de antigos problemas de saúde e segurança no trabalho e, em outros, constatam-se novos traços no processo de adoecimento dos trabalhadores (Gomes e Lacaz, 2005). Pode-se afirmar, então, que as condições de saúde e segurança também não têm apresentado grandes avanços, e ainda há uma alta ocorrência de acidentes de trabalho no setor e os trabalhadores são submetidos, muitas vezes, a condições muito precárias. (MORAES, 2011)

A admissão das mulheres no mundo do trabalho

É o regime assalariado, decorrente da industrialização nas sociedades ocidentais, que coloca a questão do “trabalho das mulheres” (PERROT, 2013). Pois que, as mulheres sempre trabalharam, mas era o trabalho doméstico, desvalorizado e não remunerado. Sobre a inserção das mulheres no trabalho produtivo, destaco Rago (2011) como aporte histórico.

Inspirada pelas reflexões de Michael Foucault, sobre o poder e sobre a sociedade disciplinar, bem como o conceito de “experiência de classe” de Eduard Thompson, Margareth Rago vai analisar a formação do operariado no Brasil, no início do século XX, destacando o processo de incorporação disciplinar conduzido pelos discursos médico-sanitarista e, pare passo, a resistência anarquista.

No decorrer do seu trabalho – principalmente no capítulo “A colonização da mulher” – pode-se perceber as emoções geradas (sobretudo a culpa e o desamparo) diante do processo de inserção das mulheres nas fábricas.

Ao passo que Rago (2011) descrevia as razões pelas quais as mulheres foram impulsionadas a adentrarem no espaço público, neste caso a fábrica, tornava-se notório as sensações geradas com a mudança de “deixar o lar”. Isso porque, com a divisão

sexual do trabalho⁷ a mulher ficou destinada as tarefas domésticas, ou seja, restrita ao âmbito privado. Enquanto que, aos homens coube-lhes o espaço público. Assim, os primeiros trabalhos assalariados foram executados pelos homens.

No entanto, com a chegada da 1ª guerra mundial e a inserção massiva dos homens no campo de batalha, houve um “esvaziamento” da presença masculina no setor produtivo. Com isso, as mulheres e as crianças foram ocupando esses “espaços vazios”, porém, na condição de força-de-trabalho barata e inferior ao homem. De acordo com Perrot (2013), as fábricas têxteis foram as que mais empregaram as mulheres, pois que “das mulheres, diz-se que nasceram ‘com uma agulha entre os dedos’. Na verdade, todas elas aprenderam a costurar: com a mãe, nos ateliês das religiosas. Com uma costureira da aldeia ou da vila” (PERROT, 2013, p. 122).

No Brasil, a admissão das mulheres nas fábricas ocorreu em um contexto de desenvolvimento urbano. O processo de urbanização, segundo Rago (2011), foi crucial para “colocar as mulheres nas ruas”. Nesse mesmo período, o projeto que estava em voga era de uma cidade disciplinar. Era preciso domesticar o operariado – emergente – e construir um modelo de comportamento e modo de vida baseado no tipo ideal burguês. Para tanto, foi preciso “múltiplas estratégias de disciplinarização: mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica, mas também fora dela” (RAGO, 2011, p. 25).

O projeto colocado na época para a crescente urbanização não afetou somente a classe operária, que estava amontoadada em grandes cortiços, mas, sobretudo, havia um interesse político e moral por de trás. Sendo assim, buscava-se uma redefinição de família, enquanto família nuclear e privada, e um modelo imaginário de mulher, voltada para o lar. Portanto, para Rago (2011, p. 25), “fudam a possibilidade do nascimento da intimidade operária”. Destarte,

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e **exigem sua participação ativa** no mundo do trabalho (RAGO, 2011, p. 88).⁸

O sentimento (moral) de culpa pelo “abandono do lar”

⁷ Com base em Nogueira (2006), a divisão sexual do trabalho é uma construção social, resultante das relações sociais de sexo (homem-mulher), histórica e socialmente construída. Nesse viés, houve uma divisão nas atribuições de ocupação dos espaços: o espaço produtivo e o espaço público aos homens, restando para as mulheres o espaço privado e o reprodutivo.

⁸ Grifo meu!

No campo da “sociologia das emoções”, pode-se encontrar variadas concepções sobre o sentimento culpa, desde os que definem esta emoção sob o determinismo biológico ou, então, como sentimento construído socialmente diante da regulação (emocional) aos valores morais de cada sociedade.

Nesse trabalho, compreendo a culpa como um sentimento moral –neste caso, a partir do sentimento de culpa construído histórico e socialmente às mulheres, após adentrarem no mundo do trabalho, por abandono ao lar e/ou pelas “escolhas de vida” (carreira profissional *versus* vida afetiva).

Pode-se perceber que o cenário urbano em desenvolvimento, bem como o projeto político-ideológico da época, foi fundamental para impulsionar o ingresso das mulheres no espaço público. No entanto, esse aspecto positivo – considerando o lado “positivo” do trabalho, segundo Marx (2010), pois possibilita o processo de emancipação – não significou um abrandamento das exigências morais para com o papel social dito feminino. Pelo contrário, a mulher passa a assumir uma “dupla jornada de trabalho”⁹. Nesse sentido,

Quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, **o sentimento de culpa** diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho (RAGO, 2011, p. 89)¹⁰.

Portanto, a mulher passa a ser cobrada tanto no trabalho produtivo como no reprodutivo. Sob o julgo dos “castigos morais” disseminados pelo discurso moral e filantrópico.

Rago (2011) ressalta que esse discurso de culpabilizar as mulheres operárias por abandono ao lar, foi bastante propagado pelo próprio movimento operário¹¹. Os operários enxergavam nas recém-operárias uma ameaça na ocupação do espaço produtivo e, sobretudo, político. Afinal, as mulheres começavam a ganhar relevo nas primeiras greves operárias, onde se exigia não só melhores condições de trabalho, mas também o direito de liderar o próprio movimento operário.

Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da mãe, “vigilante do lar”, o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demonstrando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o

⁹ Isto é, além das mulheres serem responsáveis por desempenhar o trabalho assalariado, cabe também a elas, realizar as atividades domésticas do seu próprio lar.

¹⁰ Destaque meu.

¹¹ De acordo com Durval de Albuquerque (2011), a revelação das contradições e das práticas machistas do movimento operário brasileiro, no início do século XX, principalmente com as próprias companheiras, feita pela Margareth Rago, em seu livro “Do cabaré ao lar...”, mostra o caráter inovador na sua obra historiográfica. Pois, “o livro rompe com a versão masculina e masculinizante da história da classe operária e do movimento operário” (idem, p. 13).

espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade (RAGO, 2011, p. 90).

Torna-se necessário ressaltar que, desde a revolução francesa já se apresentava os primeiros sinais do movimento feminista, através das reivindicações de igualdade e liberdade, na qual se incluía a luta pelo direito ao voto feminino – o movimento sufragista. Embora essas primeiras reivindicações das mulheres estivesse cunhadas por ideais liberais, foi a partir do século XIX que começou a surgir os movimentos reivindicatórios e revolucionários por parte das mulheres, sob a influência da ideologia anarquista e comunista¹², mediante um cenário de fortes greves operárias, em que as mulheres foram as principais protagonistas, bem como as vítimas da repressão (o que, posteriormente, deu origem ao dia 08 de Março: o Dia Internacional da Mulher).

A participação massiva das mulheres no mercado de trabalho

Desde a criação do modo de produção capitalista que surgiram dois tipos de organização social do trabalho, o taylorismo e o fordismo. O taylorismo, grosso modo, representou o trabalho mecânico, haja visto que baseava-se na separação das tarefas, cabendo ao operário executar apenas uma função. Já o fordismo, constituiu uma forma de produção em massa, visando o aumento da produção e, conseqüentemente, o aumento de consumidores (NOGUEIRA, 2004)¹³.

No pós 2ª guerra mundial, uma fábrica japonesa de automóveis – *Toyota* – produzia um novo padrão de produção, diferentemente das anteriores, cuja operacionalização é a combinação de tecnologia de ponta com o gerenciamento de custos, isto é, uma “produção enxuta” (NOGUEIRA, 2004).

Portanto, o toyotismo é parte integrante de um novo processo de organização do trabalho denominado **reestruturação produtiva**. Reestruturação esta que se desenvolveu a partir da crise do modelo fordista de produção e que significa uma nova expressão do **processo de racionalização do trabalho** (NOGUEIRA, 2004, p. 31)¹⁴.

É nesse contexto de reestruturação produtiva que há a incorporação acentuada da mulher no mercado de trabalho. “Se a participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu no período pós-1970, a intensificação da inserção feminina foi o traço

¹² Sobre esses tipos de feminismos, ver: Mariátegui (2011).

¹³ Esse ‘binômio fordismo- taylorismo’ provocou um forte impacto no ser humano. “(...) sua disciplinarização do corpo e das grandes exigências físicas resultou ainda num bloqueio maior da atividade mental ao separar o trabalho manual do trabalho intelectual” (NOGUEIRA, 2004, p. 30).

¹⁴ Grifo meu.

marcante nas duas últimas décadas” (NOGUEIRA, 2004, p. 86). Segundo Nogueira (2004), essa incorporação veio acompanhada com a precarização no mundo do trabalho¹⁵.

Vale lembrar que a precarização no mundo do trabalho atingiu homens e mulheres. Uma vez que é resultado das metamorfoses no mundo do trabalho, bem como de um contexto sociopolítico de implementação do Neoliberalismo (ANTUNES, 2010). No entanto, as mulheres foram as mais atingidas. De acordo com Nogueira (2004),

Podemos entender que **a precarização tem sexo**¹⁶. Prova disso é que, na Europa, na América Latina e, particularmente, no Brasil, a flexibilidade da jornada de trabalho feminina só é possível porque há uma legitimação social para o emprego das mulheres por durações mais curtas de trabalho: é em nome da conciliação entre vida familiar e a vida profissional que tais empregos são oferecidos (NOGUEIRA, 2004, p. 87- 88).

Segundo Nogueira (2004), a década de 70, paralelamente ao processo de reestruturação produtiva, foi também um marco para o movimento feminista – “a Segunda Onda”. As manifestações do maio de 68 constituem a fase latente das reivindicações por igualdades.

O maio de 68 foi marcado por um período de sucessivas manifestações políticas em vários países (França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Brasil...) sob o prisma das reivindicações de liberdade individual e por uma nova cultura política, marcando assim um divisor de águas para os movimentos políticos posteriores. É nesse contexto que o movimento feminista firmou-se e se desenvolveu¹⁷. Na pauta estava reivindicações de liberdade individual, sobretudo, a sexual (BADIOU, 2012).

Vale frisar que, já havia discussões sobre a condição feminina e das relações de gênero, que precedeu o maio de 68, por meio da impactante obra de Simone de Beauvoir, “o Segundo Sexo” (1949). Esta influenciou de forma decisiva o movimento feminista ao denunciar as raízes socioculturais da desigualdade sexual. Explorada e

¹⁵ Isso porque, a autora refere-se às diferenças salariais entre homens e mulheres (boa parte das mulheres recebem menos que os homens, principalmente no setor industrial), além das diferentes jornadas de trabalho. “Em geral, quanto menor é o tempo de trabalho, maior é a presença feminina” (NOGUEIRA, 2004, p. 74).

¹⁶ Destaque meu.

¹⁷ É importante destacar que os anos 60 também se caracterizaram pela amplitude no debate político, a partir das compreensões de que as contradições sociais não estavam somente no âmbito das estruturas econômicas, mas também em outras esferas que exercem relações de poder e de dominação. Demonstrou que o indivíduo não está somente impregnado por relações sociais de produção, mas também por relações de sexo, de etnias que também afloram as opressões. A partir disso, é que os movimentos da época trouxeram a público, debates que estavam confinados à esfera privada; e, o individual para o campo do político, tornando-o assim, coletivo. Uma vez que, concebia-se o ser social não somente limitado a suas estruturas sociais de classe, mas também havia estrutura subjetiva em voga (BADIOU, 2012).

oprimida, a mulher esteve numa posição de desigualdade em relação ao homem, no entanto, essa submissão é resultante de uma construção social, em que a mulher não ocupou espaços sociais enquanto protagonista ao longo da história humana, “os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições” afirmou a aludida autora.

Assim, a partir da década de 60, o movimento feminista ganhou nova roupagem ao adicionar em seus princípios – consequentemente nas suas frentes de luta – a necessidade de questionamento e desconstrução das raízes culturais da desigualdade entre os sexos, colocando em xeque a ideologia do ‘eterno feminino’, na qual afirmava que mulher está destinada ao lar e a família, por ser o sexo frágil e inferior ao homem. Pois, segundo Beauvoir (1967, p. 74- 72),

A humanidade é masculina e define a mulher como um ser relativo. O homem é o sujeito, o absoluto, ela é o outro (...) a mulher não se opõe autenticamente como sujeito. A ação das mulheres nunca passou de uma agitação simbólica.

Para tanto, o movimento feminista pautou por mudanças nos costumes e na quebra dessa assimetria que justifica a dominação masculina. Portanto, a bandeira reivindicatória era de que não bastava ter útero: era preciso tornar-se mulher.

As emoções na feminização no mundo do trabalho.

Atualmente, o setor terciário é o que mais emprega as mulheres. “Sendo que cerca de 75% das mulheres que trabalham o fazem nesse setor. A maioria dos empregos que elas ocupam são marcados pela persistência de um caráter doméstico e feminino” (PERROT, 2013,p. 123). Essas novas profissões do setor terciário, cuja predominância é feminina, exigem um padrão de beleza e de comportamento feminino indispensável para a garantia e permanência do emprego. Daí percebe-se uma cobrança sobre as mulheres diante da importância da aparência e da estética do corpo, além de estar sempre jovial, alegre e sorridente. Tais exigências profissionais estão gerando várias emoções nas mulheres, como por exemplo: ansiedade, culpa, estresse, esgotamento e até depressão.

Sobre o trabalho emocional, segundo o Ministério da Saúde (2010), as condições de sobrecarga das mulheres, em decorrência do acúmulo de funções sociais na casa, no trabalho, na comunidade, configuram as bases de vulnerabilidade e riscos para a saúde (mental) das mulheres. Corroborando, assim, para alguns custos humanos do trabalho emocional, logo, o adoecimento da mulher trabalhadora.

O estresse e a ansiedade são alguns dos exemplos do desgaste acarretado pelo trabalho emocional. Uma pesquisa realizada pela Agência de Saúde Pública de Barcelona, na Espanha, revelou que jornadas de trabalho maiores que 40 horas semanais podem acarretar problemas físicos e emocionais. As mulheres são alvo fácil desses problemas, pois além de trabalharem fora de casa, cumprem tarefas domésticas e acumulam mais responsabilidades. Isso faz com que elas sintam-se mais pressionadas em relação aos seus papéis, e culpadas quando não conseguem suprir as expectativas familiares e profissionais¹⁸.

Há também a Síndrome do “*Burnout*” (esgotamento pelo consumo excessivo de energia) que ocorre com mais frequência em profissionais que lidam com outras pessoas e se sentem responsáveis por suas vidas de alguma maneira, como por exemplo: médicas, professoras, psicólogas, etc. Em 1974, especialistas norte-americanos comandaram um estudo semelhante a esse e denominaram o problema como Síndrome do “*Burnout*”. Tal análise havia identificado um perfil de mulheres atingido por essa síndrome¹⁹.

Por fim, pode-se considerar que o maior custo humano do trabalho emocional tem sido a depressão – a perda de si, o estranhamento de si. Segundo Maria Rita Kehl (2009, p. 22), as depressões, na contemporaneidade, ocupa o lugar de sinalizador do “mal-estar na civilização”. A depressão é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida desta primeira década do século XXI (KEHL, 2009). De tal maneira, ao passo em que a sociedade capitalista “produz” os depressivos, a própria os excluem da produção da vida²⁰.

O sentimento de culpa também está interligado com o desencadeamento da depressão. Isso porque, com base em Rita Kehl (2009), há uma “demissão subjetiva” – “hipótese lacaniana que relaciona a depressão a uma posição específica do sujeito...

¹⁸ Disponível em: <http://www.maisequilibrio.com.br/saude/excesso-de-trabalho-e-prejudicial-a-saude-da-mulher-5-1-4-322.html>. Acesso em 01 dez. 15.

¹⁹ Sobre essa pesquisa, disponível em: <http://www.maisequilibrio.com.br/saude/excesso-de-trabalho-e-prejudicial-a-saude-da-mulher-5-1-4-322.html>. Acesso em 01 dez. 15.

²⁰ O jornal eletrônico “Correio Brasiliense” divulgou, em 10 de dezembro de 2015, o primeiro levantamento, feito pelo IBGE, sobre os casos de depressão no Brasil. Segundo os dados divulgados pelo jornal, cerca de 11 milhões de pessoas no Brasil têm depressão. O número representa 7,6% da população de 18 anos ou mais. A maior parte dos registros foi em área urbana (8%). Na rural, foram 5,6% dos entrevistados. O Sul foi a região com maior índice de pessoas com a doença, seguido pelo Sudeste (8,4%), Centro-Oeste (7,2%) e Nordeste (5%). O Norte foi à região com menor taxa de pessoas diagnosticadas, apenas 3,1%. A prevalência da enfermidade é maior entre as mulheres (10,9%) do que entre os homens (3,9%). Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/12/10/internas_polbraeco,461383/cerca-de-11-milhoes-de-brasileiros-tem-depressao-mostra-ibge.shtml Acesso em: 15 dez. 15.

Aquele que sofre a culpa por ceder em seu desejo” (KEHL, 2009, p. 58). Esse “ceder em seu desejo”, no caso das mulheres, seria o não reconhecimento de si mesma, o não se reconhecer enquanto o modelo imaginário de mulher. Portanto, “Ceder de seu desejo” refere-se à ideia de que o sujeito trai a si mesmo.

(...) o que varia de um sujeito para outro não é o maior ou menor ‘conhecimento’ do objeto do desejo, mas o compromisso- ou descompromisso- com a condição desejante, através das **escolhas de vida** que representam o que mais importa e interessa a cada sujeito (KEHL, 2009, p. 58- 59).

Nesse viés, pode-se pensar, então, que a culpa daquele(a) que se deprime esteja na ideia de “trair” a via que o representava como sujeito de um desejo marcado pelo significante. Assim, a mulher deprimida sente-se culpada por trair a representação do que é “ser mulher”?

Além disso, segundo Maria Rita Kehl (2009, p. 42- 43), “A forma subjetiva do indivíduo é marcada pela impossibilidade de sua plena realização, uma vez que o indivíduo só se sustenta à custa do mesmo recalque que o divide”. Se pensarmos na condição das mulheres, há o dilema frente às escolhas de vida: carreira profissional *versus* vida afetiva. Por um lado, as mulheres estão conquistando os principais postos de trabalhos, bem como alçando campos de saberes que, até então, eram tidos como “masculinos”.

No entanto, no cotidiano, percebe-se uma frustração por parte das mulheres por, ora ter optado a seguir a carreira profissional em detrimento de um relacionamento amoroso e afetivo, ora por ainda não se sentir plenamente realizada porque ainda não se casou, ou, não encontrou “o homem perfeito”. Sobre essa discussão, destaco uma crônica da antropóloga Mirian Goldenberg, “O Capital Marital” (2010), baseada no seu estudo comparativo entre o discurso das mulheres cariocas pesquisadas com o de mulheres alemãs.

“No Brasil, tenho constatado um abismo enorme entre o poder objetivo das mulheres pesquisadas, o poder real que elas conquistaram em diferentes domínios (sucesso, dinheiro, prestígio, reconhecimento, e até mesmo a boa forma física) e a miséria subjetiva que aparece em seus discursos (decadência do corpo, gordura, medo, solidão, rejeição...)... as brasileiras centraram o seu discurso na figura masculina... Já as alemãs, ao contrário, enfatizaram a riqueza do momento que estão vivendo, em termos de realizações profissionais...” (GOLDENBERG, 2010, p.32-33).

É notório que a busca da plena realização das mulheres brasileiras está, em certa medida, entrelaçada com a “essência feminina” (BEAUVOIR, 1967), isto é, com o

casamento, a maternidade e o lar. Portanto, “(...) ter um marido, um casamento considerado sólido e satisfatório, é visto como um verdadeiro capital para as brasileiras pesquisadas” (GOLDENBERG, 2010, p. 34). E a não realização disto, acarreta nos sentimentos de culpa, frustração e, até mesmo, a depressão.

Considerações Finais

A frase de Virginia Woolf, na epígrafe deste trabalho, foi escrita em janeiro de 1931 para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres. Naquela época, a escritora inglesa já se questionava sobre os desafios colocados para as mulheres diante das novas profissões que iriam exercer pela primeira vez, já que os “fantasmas” ainda estariam a rondar.

Muitos a consideram como uma mulher à frente de seu tempo por revelar o aprisionamento das mulheres em uma sociedade dominada pelos homens. “Virginia Woolf tem a reputação de ser uma autora difícil. Sua própria vida é cercada de um halo de mistério. Suas depressões. Sua loucura. Seu suicídio. Tudo parece convergir, fazendo dessa mulher uma heroína trágica”, assim a definiu Alexandra Lemasson ao escrever a biografia de Woolf, em 2011.

Pode-se pensar que, Virgínia Woolf não imaginaria que as emoções, pelas quais ela vivenciou intensamente na busca de liberdade para escrever e se tornar uma escritora, pudessem ser tão comum às novas mulheres trabalhadoras. Parece que as angústias, o medo, a depressão, entre outras emoções, que eram sentidas por Woolf, perpassaram-se, com a consolidação do trabalho feminino. Ou seja, na medida em que as mulheres foram conquistando sua posição no espaço público/produtivo, novas emoções lhes foram acarretadas. Nesse viés, seria possível pensar que a entrada das mulheres no mundo do trabalho ocasionou o seu adoecimento? Seria, então, o retorno ao lar a cura das mulheres?

Torna-se óbvio que a admissão das mulheres no mundo do trabalho gerou um movimento contraditório. Se por um lado, o assalariamento de sua força de trabalho possibilitou vários aspectos positivos na sua trajetória, seja de militância política, de formação profissional e, até mesmo, de “emancipação”. Por outro lado, a sua inserção foi calcada numa lógica de trabalho precarizado e de extensão de um o modelo normativo de feminilidade (trabalhadora-esposa-mãe-dona-de-casa). Corroborando, portanto, para o espectro da miséria subjetiva – culpa, ansiedade, medo, depressão, e etc. – propagado pela ordem moral.

Referência bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.
- BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Vol. I. Tradução: Sergio Milliet. Editora Difusão europeia do livro. 1967.
- BONELLI, Maria da Gloria. Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. *Cadernos Pagu* (21) 2003: pp.357-372.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- DURVAL Albuquerque (2011). Novos trajetos, novos afetos (apresentação à 4ª edição). In: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890- 1930)**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- ENGELS, Friedrich 2004. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Trad. B. A. Schumann. SP: Boitempo, 2008.
- GOLDENBERG, Mirian. **Intimidade**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** SP: Boitempo, 2002.
- KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas: de Parson aos contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2004
- LEMASSON, Alexandra. **Virgínia Woolf**. Porto alegre, RS: L&PM, 2011.
- LESSA, Sérgio & TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: editora Boitempo, 2012.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. As reivindicações feministas. In: MARIÁTEGUI, J.C. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos- filosóficos de 1844**. Trad. Jesus Ranieri. SP: Boitempo, 2010.
- MENDES, Lilian Marta G. O mundo feminino e o capitalismo: a mulher desejada nas páginas da revista “O Cruzeiro”. In: MENDES, Lilian G.; JUSTAMAND, Michel (orgs.). **História e representação: cultura, política e gênero**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
- MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a precarização e a emancipação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- _____, **O Trabalho Duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela Corrêa. SP: Contexto, 2013.

SCOTT, J. W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, G. & PERROT, M. **Histórias das mulheres no Ocidente**. Porto, Edições Afrontamento, Vol. IV. 1994.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. Décima edição- Rio de Janeiro: 1968.

Soares, Érika L. Almeida. "**Trabalho e precarização**: o processo de adoecimento entre trabalhadores da construção civil." Apresentação de trabalho no seminário "trabalho, precarização e cooperativismo" do IFCH/ UNICAMP 2011. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/1fppgs/files/resumos/erika_soares.pdf Acesso: 12 de dez. 2015.

VENTURI, Gustavo & GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

WOOLF, Virgínia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.